



F. J. A.
R. J. A.

PARECER DO CONSELHO FISCAL/DEFINITORIO

Relatório de Atividades e Contas – Exercício de 2024

1

Com respeito pelas competências previstas nas alíneas a) e c) do artg. 31º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, o respetivo Conselho Fiscal / Definitório reuniu, no dia 13 de Março, pelas 17 horas, no Salão Nobre da Misericórdia, para analisar e emitir parecer sobre o Relatório de Atividades e Contas relativo ao exercício de 2024.

Analisado o documento em apreço, assim como respetivos anexos, e obtidos os esclarecimentos necessários junto da Mesa Administrativa e serviços de contabilidade, o Conselho Fiscal/Definitório não pode deixar de recordar os objetivos inicialmente traçados para o exercício, nomeadamente: colocar os investimentos realizados ao serviço do reforço da sustentabilidade da Instituição, bem como, o de manter a operacionalidade das diferentes respostas/valências, assegurando por essa via a prestação de serviços aos utentes e contribuindo para a coesão social.

Da análise do documento concluímos que, genericamente, as metas foram alcançadas, saldando-se, em todas as suas componentes, num resultado positivo, com exceção do atraso na entrada em funcionamento do Hospital de Beneficência Condessa das Canas, mas que a atual Mesa Administrativa voltou a candidatar a uma segunda fase do PRR, aguardando-se os resultados.

No campo económico, a componente dos rendimentos atingiu o valor global de 3.997.730,20€ (três milhões, novecentos e noventa e sete mil, setecentos e trinta euros e vinte cêntimos), traduzindo um crescimento, face a 2023, de 14,84%, ou seja, mais 516.706,85€ (quinhentos e dezasseis mil, setecentos e seis euros e oitenta e cinco cêntimos), muito suportados pelo pagamento das verbas devidas pela ARSC e resultantes de Sentença favorável à Misericórdia.

Desta forma, o incremento da conta 78 – Outros Rendimentos e Ganhos, designadamente por força da subconta 787 – Rendimentos e Ganhos em Investimentos não Financeiros revelou-se crucial.

De igual modo, a contribuição da alienação de artigos contribuiu para o aumento de rendimentos, refletindo-se também na conta 787.

Falta

15/11

Por outro lado, o bom desempenho na resposta de ERPI no âmbito das mensalidades pagas pelos utentes, veio robustecer a conta 72 – Serviços Prestados.

Quanto aos Gastos registámos um crescimento de 7%, comparativamente com o exercício de 2023, o que significou um aumento de 255.985,45€ (duzentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e oitenta e cinco euros e quarenta e cinco cêntimos, perfazendo o valor global 3.889.262,67€ (três milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, duzentos e sessenta e dois euros e sessenta e sete cêntimos).

2

O aumento justificou-se por duas componentes distribuídas pelas contas 63 – Gastos com Pessoal e 68 – Outros Gastos e Perdas.

Em relação aos Gastos com Pessoal, destacou-se o impacto da atualização do Salário Mínimo Nacional (SMN), a atualização das tabelas remuneratórias alinhando com a previsão do acordo de concertação social que estabeleceu aumentos de 5%, conjuntamente com revisão do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT).

Por outro lado, o aumento do volume de emprego em mais 5 trabalhadores, face a 2023, dos quais a admissão de técnicos qualificados teve preponderância, nomeadamente na área da saúde e ciências sociais e humanas contribuiu para esse crescimento.

Assim, comparando com o exercício de 2023, os Gastos com Pessoal aumentaram 33,31%, ou seja, mais 233.045,40€ (duzentos e trinta e três mil, quarenta e cinco euros e quarenta cêntimos), sublinhando-se que não será de descurar para este crescimento, também, a redução da taxa de absentismo.

No que concerne à conta 68 – Outros Gastos e Perdas, verificou-se um incremento resultado do pagamento de juros de mora à empresa ABA, responsável pela empreitada do Hospital de Beneficência Condessa das Canas no montante de 46.001,40€ (quarenta e seis mil, e um euros e quarenta cêntimos).

No que se refere ao Investimento, o ano fechou com um total de 302 579,50€ (trezentos e dois mil, quinhentos e setenta e nove euros e cinquenta cêntimos), suplantando dessa forma o ano de 2023, salientando-se que apesar da alienação de propriedades de investimento (PI) por parte da Instituição, estas foram largamente compensadas pela entrada de novas, equilibrando o ativo e potencializando fontes de receitas no futuro (rendas).

Face ao analisado e ao já exposto, deliberou o Conselho Fiscal / Definitório, por unanimidade, dar parecer favorável ao Relatório de Atividades e Contas relativo ao exercício de 2024, assim como toda a documentação de suporte e à proposta de levar a Resultados Transitados o Resultado Líquido obtido, propondo à Assembleia Geral a respetiva aprovação.

Mais considerou, ser ainda de **propor um voto de louvor à Mesa Administrativa, e serviços de apoio, pelo trabalho desenvolvido, não apenas na preparação e elaboração da documentação, mas especialmente no desempenhado concretizado no exercício em análise.**

Arganil, aos 13 de Março de 2025

O Conselho Fiscal



Handwritten signature in blue ink, appearing to be "F. Almeida".

